



Brasília-DF, 14 de maio de 2026

Especialistas debatem redução da jornada na Unicamp

Seminário em Campinas debate redução da jornada, fim da escala 6x1 e qualidade de vida no trabalho com pesquisadores e entidades sindicais

SEMINÁRIO

TRABALHAR PARA VIVER OU VIVER PARA TRABALHAR?

Redução da jornada e fim da escala 6x1 em debate.

15/5 | 8h45 às 18h00

Instituto de Economia da Unicamp. Campinas-SP

Inscriva-se!

Friedrich
Ebert
Stiftung

ABET Associação Brasileira de Engenheiros e Técnicos

CESIT Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DIESEF Instituto de Estudos e Pesquisas em Economia e Trabalho

dnt Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Trabalho Temporário

FCE UFPA Fundação de Economia e Estatística

Fundação Brasileira de Economia e Estatística

Ie Instituto de Economia

UnB Universidade de Brasília

REMIR Trabalho

UnB Universidade de Brasília

Pesquisadores, sindicalistas e especialistas debaterão, em Campinas (SP), a redução da jornada e fim da escala 6x1 durante seminário em 15 maio, no Instituto de Economia da Unicamp.

O encontro será o fechamento de um projeto iniciado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) em outubro de 2025, que contou com a publicação de 36 artigos especializados em um conjunto de sites parceiros (inclusive Rádio Peão Brasil). O último artigo foi publicado em 13 de abril de 2026.

O seminário promoverá o debate impactos da jornada extensa sobre:

- saúde,
- produtividade,
- convivência familiar e
- qualidade de vida.

Enquanto isso, representantes sindicais apresentarão estudos, experiências internacionais e alternativas econômicas relacionadas à redução da jornada, defendendo avanços sociais sem perdas salariais aos trabalhadores.

A atividade contará ainda com participação de instituições acadêmicas, centros de pesquisa e entidades sindicais, ampliando reflexões sobre direitos

trabalhistas, desenvolvimento econômico e bem-estar coletivo.

Serviço

Data: 15 de maio de 2026

Horário: das 8h45 às 18h00

Local: Instituto de Economia da Unicamp – Campinas (SP)

Endereço: Rua Pitágoras, 353, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas (SP)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Ministro da Fazenda aponta impactos sociais da jornada 6x1



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, defendeu nesta terça-feira (12), na Câmara dos Deputados, a redução da jornada de trabalho como medida para enfrentar desigualdades sociais e melhorar as condições de vida da população trabalhadora. A manifestação ocorreu durante audiência da comissão especial que analisa a PEC 221/19, proposta que trata do fim da escala 6x1 – modelo em que o trabalhador atua seis dias consecutivos para ter apenas um de descanso.

Ao participar do debate, Durigan afirmou que os setores que ainda mantêm esse tipo de jornada concentram trabalhadores com menor renda, baixa escolaridade e, em sua maioria, pessoas negras. Segundo ele, a mudança pode contribuir para reduzir distorções históricas no mercado de trabalho brasileiro.

O ministro destacou ainda que grande parte das empresas dos segmentos mais intensivos em mão de obra, como construção civil, serviços e agronegócio, já opera em escalas com dois dias de descanso semanal. De acordo com Durigan, entre 60% e 90% dessas empresas adotam atualmente jornadas de cinco dias de trabalho por semana.

Representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o pesquisador Felipe Vella Pateo apresentou dados sobre o perfil dos trabalhadores submetidos à jornada de 44 horas semanais. Segundo ele, esse grupo reúne maior presença de

**Brasília-DF, 14 de maio de 2026**

trabalhadores negros, baixa escolaridade e elevada rotatividade no emprego.

O pesquisador informou que quem trabalha na escala de 44 horas recebe, em média, R\$ 2,6 mil mensais, enquanto trabalhadores com jornadas de 40 horas têm renda média próxima de R\$ 6 mil. Apesar disso, Pateo ponderou que a redução da jornada pode elevar o custo da hora trabalhada, com impactos distintos entre os setores econômicos.

No setor agropecuário, o aumento do custo operacional seria estimado em 3%. Já em segmentos com mais de 500 mil empregados, o impacto poderia alcançar 5%.

Em contraponto, o economista Fábio Pina, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), alertou para possíveis efeitos negativos da proposta. Segundo ele, a redução da jornada pode elevar em até R\$ 160 bilhões os gastos das empresas com folha de pagamento, gerando pressão inflacionária, aumento da informalidade e risco de demissões.

O professor José Dari Krein, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentou experiências internacionais que apontam aumento de produtividade e redução do absenteísmo em países que reduziram a jornada semanal. Como exemplo, citou a Islândia, onde mais da metade da força de trabalho atua em jornadas de quatro dias por semana.

Autor de uma das propostas relacionadas ao tema, o deputado Reginaldo Lopes defendeu que os ganhos de produtividade gerados pela reforma tributária e pelo avanço da inteligência artificial também sejam revertidos em benefício dos trabalhadores.

“O que quebra uma economia são os trabalhadores adoecidos”, afirmou o parlamentar durante a audiência.

O deputado Dimas Gadelha também relacionou o debate ao aumento dos afastamentos por doenças ocupacionais. Segundo ele, os gastos da Previdência com auxílio-doença passaram de R\$ 5 bilhões, em 2005, para R\$ 15 bilhões atualmente. Já as despesas com acidentes de trabalho cresceram de R\$ 5 bilhões para R\$ 12 bilhões no mesmo período.

De acordo com o parlamentar, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve crescimento real de 50% nas últimas duas décadas, os custos relacionados às doenças do trabalho avançaram mais de 150%.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

Fonte: Diap

Vereadores fazem “protocolo” de projetos pelo fim da escala 6x1

Propostas pedem redução de jornada no setor público das cidades



© Valter Campanato/Agência Brasil

Vereadores de diferentes regiões do Brasil articularam-se, nesta terça (12), para fazer o que eles chamaram de “protocolo” de projetos legislativos pela redução da jornada de trabalho no setor público municipal, incluindo o fim da escala de seis dias trabalhados para um de descanso, a escala 6x1.

A mobilização foi encabeçada pelos vereadores do PT Luna Zarattini (São Paulo/SP), Pedro Rousseff (Belo Horizonte/MG), Kari Santos (Recife/PE), Brisa (Natal/RN), Maíra do MST (Rio de Janeiro/RJ) e Eduardo Zanatta (Balneário Camboriú/SC).

Segundo os vereadores, a iniciativa busca fortalecer a luta nacional pela revisão da jornada de trabalho. No caso, os projetos deram atenção ao setor público e a prestadores de serviço das prefeituras e câmaras municipais.

Foram protocolados projetos de lei para estabelecer jornada de trabalho máxima de 40 horas semanais nas cidades com garantia de dois repousos semanais remunerados para trabalhadores de empresas que prestam serviços à administração pública direta e indireta.

Sem redução de salário

As propostas preveem que a adequação das escalas não poderá resultar em redução de salários para os funcionários. “A justificativa central é que o modelo 6x1 é uma lógica ultrapassada que compromete a saúde física e mental, reduzindo o tempo de descanso e convivência familiar”, defendeu o grupo de vereadores em nota à imprensa.

A vereadora Luna Zarattini, de São Paulo (SP), por exemplo, afirmou que o projeto representa um passo concreto na construção de uma política comprometida com a saúde dos trabalhadores e com a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e equilibrado.

Propostas para a redução da jornada e para o fim da escala 6x1 para os trabalhadores no Brasil também

Brasília-DF, 14 de maio de 2026

estão em tramitação, em regime de urgência, no Congresso Nacional.

Fonte: Agência Brasil

Fim da escala 6x1 deixa de ser pauta sindical e vira batalha política nacional

Governo, empresários e parlamentares travam disputa sobre produtividade, saúde mental, direitos trabalhistas e o futuro das relações de trabalho no Brasil. Base rejeita compensações ao empresariado e defende redução da jornada sem corte salarial



A segunda audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 221/19 consolidou, nesta terça-feira (12), ponto central do debate nacional: a discussão sobre o fim da escala 6x1 deixou de ser reivindicação restrita ao movimento sindical e se transformou em disputa estrutural sobre o futuro do trabalho no Brasil.

Sob comando do deputado Alencar Santana (PT-SP), presidente do colegiado, a audiência reuniu representantes do governo, pesquisadores e setor empresarial para discutir os impactos econômicos da redução da jornada semanal de 44 para 40 horas e a transição da escala 6x1 para 5x2.

O encontro revelou embate cada vez mais evidente entre 2 visões de País: de um lado, a percepção de que a atual organização do trabalho produz adoecimento, precarização e desigualdade; de outro, o receio empresarial de aumento de custos, perda de competitividade e reorganização forçada do mercado de trabalho.

Desigualdade da jornada

Os dados apresentados pelo técnico do Ipea, Felipe Vella Pateo, deram densidade social ao debate ao demonstrar que a jornada superior a 40 horas está

concentrada justamente entre os trabalhadores mais precarizados do mercado formal.

Segundo os estudos do instituto, os trabalhadores submetidos à jornada de 44 horas possuem salários significativamente menores, maior rotatividade e menor escolaridade.

A escala mais extensa atinge sobretudo trabalhadores negros, mulheres e pessoas com renda inferior a 2 salários mínimos. Justamente os segmentos mais vulneráveis da estrutura social brasileira.

A exposição reforçou tese que atravessou toda a audiência: a jornada longa não é apenas questão produtiva, mas também mecanismo de reprodução das desigualdades sociais.

Ao defender que a economia possui capacidade de absorver os custos da redução da jornada, o Ipea argumentou que o impacto operacional médio para as empresas seria relativamente limitado e distribuído de maneira desigual entre os setores econômicos.

O instituto também destacou que experiências nacionais e internacionais não demonstram relação automática entre redução da jornada e aumento do desemprego.

Argumento empresarial

Representando a FecomércioSP, o economista Fábio Pina apresentou a principal linha de resistência do setor empresarial à PEC.

Embora tenha reconhecido legitimidade na busca por melhores condições de vida para os trabalhadores, Pina sustentou que a redução da jornada sem diminuição salarial produziria aumento expressivo do custo do trabalho, especialmente para pequenas empresas e setores intensivos em mão de obra, como comércio, serviços e varejo.

O economista argumentou que parte das empresas tenderia a repassar custos aos preços, pressionando a inflação, enquanto outras poderiam recorrer à informalidade, à pejotização ou à redução de postos formais de trabalho.

A fala dele sintetizou preocupação recorrente do empresariado: a dificuldade de reorganizar escalas operacionais contínuas, sobretudo em atividades que dependem de funcionamento prolongado durante fins de semana e feriados.

Mas a audiência também evidenciou ponto politicamente delicado para os setores patronais: a defesa da manutenção da escala 6x1 tornou-se cada

**Brasília-DF, 14 de maio de 2026**

vez mais difícil diante da deterioração das condições de trabalho em setores de baixa remuneração.

Crise do modelo atual

A intervenção do professor José Dari Krein, da Unicamp, ampliou o debate para além da matemática econômica e inseriu a discussão numa transformação mais profunda do mundo do trabalho.

Segundo o pesquisador, a sociedade brasileira vive hoje crise de sentido em relação ao trabalho, especialmente entre jovens trabalhadores submetidos a empregos precários, baixa remuneração e ausência de perspectivas de ascensão profissional.

Krein argumentou que as transformações promovidas desde os anos 1990 — intensificação produtiva, flexibilização, banco de horas e expansão do trabalho aos fins de semana — aumentaram a capacidade de adaptação das empresas, mas desorganizaram profundamente a vida social dos trabalhadores.

A audiência incorporou, assim, elemento que vem ganhando força internacionalmente: a percepção de que produtividade não pode continuar sendo construída exclusivamente à custa da intensificação permanente do tempo de vida.

Ao citar experiências internacionais de redução da jornada, inclusive em países centrais do capitalismo, o professor destacou que o debate global pós-pandemia passou a incorporar com mais força temas como saúde mental, equilíbrio entre vida pessoal e trabalho e reorganização social do tempo.

Governo e “debate geracional”

Representando o governo federal, o ministro da Fazenda Dario Durigan classificou o tema como “debate geracional” sobre o futuro do País e do ambiente de trabalho.

Sem negar a existência de custos econômicos para determinados setores, Durigan procurou posicionar o governo numa linha de equilíbrio entre proteção social e adaptação produtiva da economia.

O ministro sustentou que o Brasil já vive processo gradual de assimilação da jornada 5x2 em grande parte da economia formal e ressaltou que os trabalhadores ainda presos à escala 6x1 concentram-se justamente entre os segmentos mais pobres e vulneráveis.

A fala do ministro também marcou inflexão importante do governo no debate: a defesa de que produtividade econômica não pode ser dissociada da qualidade de vida do trabalhador.

Ao citar estudos internacionais sobre saúde física, mental e produtividade, Durigan argumentou que jornadas menos exaustivas tendem a reduzir fadiga, adoecimento e rotatividade, produzindo impactos positivos inclusive para as empresas.

Muito além das horas trabalhadas

A audiência deixou claro que a disputa em torno da PEC ultrapassa a simples contabilidade de horas semanais.

O que está em jogo é redefinição mais ampla das relações entre produtividade, lucro, saúde mental, tempo livre e dignidade social. O crescimento do apoio popular ao fim da escala 6x1 indica que parcela significativa da sociedade passou a questionar modelo de organização do trabalho baseado em jornadas extensas, baixa remuneração e disponibilidade permanente.

Nesse cenário, a comissão especial da Câmara transformou-se num dos principais espaços de disputa política e econômica do País em 2026.

E a intensidade do debate desta terça-feira demonstrou que a redução da jornada já deixou de ser apenas pauta sindical: tornou-se discussão sobre qual projeto de sociedade o Brasil pretende construir nas próximas décadas.

Fonte: Diap

SEMINÁRIO NACIONAL

**A POLÍTICA MINERAL QUE QUEREMOS:
ESTRATÉGIA, TERRITÓRIO E SOCIEDADE**

Debate plural sobre a política mineral brasileira, articulando diagnóstico, conflitos, **estratégias de desenvolvimento e propostas de transformação.**

BELO HORIZONTE
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG | Auditório 1

21 E 22 DE MAIO | 9H ÀS 17H
Com transmissão ao vivo para todo o Brasil

Instituições proponentes: CNTI, FITEM, NAM, FONAMIR, ipead, Cedeplar UFMG

Realização: ipead

Parceria Técnica: Cedeplar UFMG